COMO O PRECONCEITO LINGUÍSTICO SE MANIFESTA EM SALA DE AULA

JAQUELINE DA SILVA CARVALHO

RESUMO
Este trabalho de conclusão de curso propõe uma reflexão sobre como o preconceito linguístico se manifesta dentro da sala de aula. Será buscado nesse trabalho quem são os agentes do preconceito dentro da sala de aula, além de possíveis alternativas para que o preconceito possa ser amenizado. A partir de uma análise bibliográfica chega-se à conclusão de que os agentes do preconceito deveriam ser as que reduzissem o tal preconceito. Cabe destacar que, retirando os livros didáticos, os professores e a escola são agentes, porque internalizaram equívocos que caminharam há séculos, preconceitos que foram gerados na Antiguidade Clássica e que persistem até hoje. A pesquisa com resultados satisfatórios conseguiu identificar as causas e possíveis soluções para diminuir o preconceito linguístico dentro da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVES: Preconceito linguístico; Variação Linguística; Linguagem; Ideologia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi movido pelo desafio de refletir sobre a prática pedagógica, mais especificamente sobre o ensino de Língua Portuguesa. A tarefa é difícil, pois o profissional dessa área ensina um idioma para pessoas que já são falantes dele. Por isso, é crucial para o docente de língua portuguesa observar até que ponto o seu ensino permite ao aluno a oportunidade de se expressar em diversos contextos sociais, ou melhor, será que o discente consegue se expressar com segurança não só no seu meio familiar, mas também em outras instituições oficiais.

Com base nessas reflexões que o estudo foi desenvolvido, com o auxílio de diversos estudiosos da linguagem, por meio de uma pesquisa bibliográfica, chegou-se à conclusão que há agentes dentro da própria escola que agem de forma preconceituosa em relação ao falar do aluno.

Dessa forma, o trabalho partiu da noção de variedade linguística, ou seja, explicando que toda língua varia, visto que ela é fruto da heterogeneidade da sociedade. Principalmente, o português brasileiro, já que ele possui na sua origem o multilinguismo, resultado de diversas influencias externas e internas no Brasil colônia, século XVI. A partir daí, buscou-se entender as diversas concepções de linguagem desenvolvida ao longo do tempo, tentando refletir qual é a melhor para se adotar em sala de aula; além de relacionar a variedade linguística com a norma-padrão.

Também foi pesquisada, a polissemia da palavra gramática, identificando os equívocos existentes ao redor da gramática, sobretudo aquela estudada dentro da sala de aula, onde se confunde língua com gramática prescritiva; a dicotomia entre língua falada e língua escrita, qual é o tratamento adotado em sala pelo professor em relação essas duas modalidades da língua; e a relação entre norma-padrão e a não padrão nos contextos reais de interação.

Procuramos mostrar qual é a ideologia que está por trás da valorização da escrita em detrimento da fala, compreendendo o conceito de ideologia e sua função junto à sociedade; também buscamos compreender as diferenças entre preconceito e intolerância linguísticos, explicando que os agentes do preconceito linguístico (professor, escola e livros didáticos) perpetuam o status quo da classe social privilegiada, ou seja, em nada contribuem para diminuir a desigualdade social na sociedade.

A GRAMÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

Com o passar dos tempos, o conceito de gramática foi ganhando diversas concepções. Talvez, seja por isso ocorrem os diversos equívocos existentes ao redor desse termo, sobretudo no tocante à língua ser a mesma coisa que a gramática. Antes de abordar tal equívoco, é relevante investigar a polissemia da palavra gramática.

O indivíduo quando nasce está inserido dentro de um contexto sociocultural, e dentro desse contexto vai aprendendo de forma assistemática a língua utilizada por sua comunidade. Tal aprendizado

é feito de forma espontânea e criativa, formulando diversas hipóteses sobre a língua. É o que acontece, por exemplo, quando a criança pronuncia "fazi" ou "trazi", está generalizando a regra dos verbos regulares internalizada por ela como os dos verbos "comi", "dormi", "bati" e etc. E nesse interim, ela vai aprendendo que quando quiser demonstrar mais de um objeto deverá utilizar o "s" no final da frase, como bonecas e não boneca.
Assim, Ilari e Basso (2011, p. 230) comentam:

A linguística moderna mostra de maneira convincente que qualquer criança normal chega aos 5 anos dominando a sintaxe de sua língua materna; a essa altura, a criança já dispõe de um vocabulário de alguns milhares de palavra. Além disso, ela já é capaz de atuar com sucesso em situações bastante diversificadas (lúdicas, narrativas, práticas, regulatórias etc.). Tem-se lembrado, a propósito de tudo isso, que, até ir à escola, a criança aprende sua língua materna de maneira tão natural como desenvolve a dentição ou como aprende a caminhar.

Dessa forma, a criança ao ingressar na escola já possui conhecimentos pertinentes à sintaxe da sua língua, e nunca produzirá enunciados tais como: "cabelo o..." (artigo depois dos substantivos); "os estes quadros..." (artigos e pronomes demonstrativos colocados simultaneamente antes de substantivos), dentre outras sentenças linguísticas que as tornariam incompatíveis com uma gramática internalizada. Essa gramática é a que os linguistas chamam de Gramática Universal ou Implícita.
Tal gramática diz respeito ao funcionamento existente em qualquer língua. Nesse ponto de vista, os falantes não combinam unidades linguísticas de qualquer modo. Há uma tendência de colocação que parecem estar associadas ao conhecimento geral que tais falantes possuem de sua própria língua, que lhes permitem formular frases em contextos sociais distintos.
Essa concepção trabalha a língua de forma homogênea e estática; tenta codificar o uso do idioma. É fundada nas obras dos grandes escritores, que buscam a perfeição da língua como se não existissem variações linguísticas. Eles utilizam a língua dentro dos padrões da norma culta. Assim, diz como a língua deveria ser.
Apesar de a linguística apontar outros significados de gramática (gramática gerativa, estruturalista, gerativista etc), para as reflexões em tela, basta definir apenas mais um conceito de gramática, conhecida como gramática descritiva.
Essa gramática procura descrever a língua do jeito que as pessoas pronunciam, sem julgar se está certo ou errado. E por quê? Porque o que importa é o uso, é a realidade, é o que de fato está acontecendo. Ou seja, demonstra ou apresenta a língua como ela é.
Conforme Azeredo (2010, p. 129) menciona:

A gramática explícita é o corpo de informações e afirmações com que se busca explicitar, com base nos princípios de uma gramática teórica, o conhecimento que cada indivíduo tem de sua língua materna. a esta gramática explícita chamamos tecnicamente gramática descritiva. Toda tentativa de empregar alguma teoria da linguagem para tornar explícito o conhecimento que as pessoas têm de sua língua materna faz parte da elaboração de uma gramática descritiva.

A gramática normativa, baseada na norma-padrão, é uma das variáveis existentes da língua, que por motivos sociais, não linguísticos, se tornou o modelo do falar e do escrever corretamente. Então muitos acreditam, inclusive professores, que saber uma língua é saber a gramática normativa. Sendo que a gramática é apenas uma parte da língua. E quando se destaca uma parte não se está mencionando a gramática normativa, mas a internalizada no pensamento das pessoas.
Por isso Antunes (2007, p. 40 e 41) menciona: "A língua é constituída: um léxico, uma gramática, a composição de textos e uma situação de interação".
Quando a autora citada acima menciona os componentes da língua faz menção em relação ao léxico "a um conjunto de palavras de um vocabulário de uma língua"; em relação a gramática "inclui as regras para se construir palavras e sentenças da língua"; em relação a composição de textos "inclui recursos de textualização"; uma situação de interação "inclui normas sociais de atuação". Ou seja, a língua é constituída de um léxico e sua gramática, sendo materializada

em textos, tanto falados quanto escritos, em relação a uma situação de uso. Para saber usar a língua não basta saber o léxico e a sua gramática, mas é preciso unir esses dois componentes acrescidos do contexto real.
As aulas de língua portuguesa que são baseadas na gramática normativa estabelecem como referência um ensino descontextualizado com a realidade do aluno, com exercícios de memorização, frases soltas, sem uma finalidade específica a atingir. Não há sujeito, não há interlocutor. O aluno quando escreve, escreve para o professor corrigir. A dimensão interacionista, criativa e comunicativa não é trabalhada dentro da sala de aula. Os textos trabalhados em sala são meros pretextos para classificar se o sujeito da linha tal é indeterminado ou determinado; não se valoriza o efeito, a intenção, que tais instrumentos linguísticos geram dentro do discurso.
A gramática descritiva, conforme relatado anteriormente descreve a língua como ela é. Trabalha a variação linguística como fatos linguísticos próprios da língua. O professor de língua portuguesa quando possui tal gramática como base de seu trabalho, aborda a língua a partir do dialeto do aluno para então trabalhar a norma padrão. Há reflexões junto ao aluno sobre o uso do idioma em situação real de aplicação. Por isso, o professor de Língua Portuguesa irá trabalhar a língua por meio de gêneros textuais, que são textos que possuem uma finalidade determinada na sociedade.
Cabe à escola, propiciar um ambiente de aprendizagem em que o aluno possa aprender a ler e a escrever de forma eficiente, sendo exposto a textos diversos para que o discente possa interagir com prazer e segurança, sem medo.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA

A relação entre língua e sociedade é evidente, principalmente depois dos avanços da Sociolinguística, disciplina que estuda a relação entre linguagem e sociedade. Foi abordado anteriormente que as mudanças linguísticas são reflexos das mudanças sociais, culturais e políticas nas sociedades. Por isso a língua está em constante renovação. Sendo que tais renovações são consideradas inadequadas segundo a ótica da gramática tradicional, que fica ligada a uma tradição que hoje é inaceitável. E essa tradição nega a existência de determinadas variedades linguísticas, gerando o que se denomina de preconceito linguístico.
O preconceito linguístico é a atitude de discriminar uma pessoa quando seu modo de falar se difere das regras estabelecidas pela Gramática Tradicional. Por isso Bagno afirma (2007, p. 40):

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, como vimos no mito nº 1, uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape a esse triângulo escola-gramática-dicionário, é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente", e não é raro a gente ouvir que "isso não é português".

Em toda língua há uma variedade de formas de expressar essa língua, mas essas variedades não permitem que a cada mensagem pronunciada pelo locutor seja construído um novo idioma porque existe a gramática internalizada por todos os indivíduos de uma determinada comunidade linguística. A norma padrão é apenas uma das variedades escolhidas para ser modelar de uma língua. Mas o critério para tal norma ser considerada parâmetro não é por fatores linguísticos propriamente ditos, mas por fatores sociais e culturais cultivados dentro da sociedade. Assim, o mito nº 1 (que existe apenas uma única língua, a língua padrão) é um descompasso com os estudos atuais da Linguística e da Sociolinguística, visto que a língua é formada por um somatório de vários falares, que são pertinentes em um determinado contexto sociocultural. Não reconhecer a grande diversidade linguística existente em qualquer idioma é nocivo para todos os falantes desse idioma, pois se cria a ilusão de que a língua nativa é algo estranho ao indivíduo. Se considerarmos que a grande maioria não possui a oportunidade do aprendizado da língua padrão, valorizada pela classe socialmente privilegiada, todos os equívocos existentes ao redor da linguagem se tornam ainda mais perverso.
Cabe ressaltar que preconceito não é a

mesma coisa que intolerância, pois o primeiro fica no plano das ideias; enquanto a intolerância passa para o plano das ações explícitas a respeito das ideias. Então, no âmbito linguístico o preconceito é a ideia preconceituosa sobre o modo de falar de alguém de encontro ao modo de falar segundo a norma padrão, enquanto intolerância é observada no tocante ao comportamento hostil em relação a aqueles que não seguem a norma.
Leite retrata a respeito (2008, p. 20) que:

Um exame um pouco mais detido, contudo, pode mostrar que preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações. Isso indica uma primeira diferença: o traço semântico mais forte registrado no sentido de intolerância é o dever de ser um comportamento, uma reação explícita uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não constitui simplesmente uma discordância tácita. Um preconceito, ao contrário, pode existir sem jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica.

Dessa forma, no tocante ao preconceito linguístico é um achar feio em relação à linguagem do outro, mas é uma discriminação silenciosa. A intolerância, ao contrário, é a discriminação explícita.
A discriminação pelo falar do outro possui um viés social, visto que não existem diferenças significativas entre a linguagem utilizada pelas classes sociais favorecidas e pelas classes menos favorecidas do ponto de vista linguístico. Não importa o que as pessoas falam e sim quem é que está falando. Tanto é que quantas pessoas ditas da classe alta falam contrariando a norma padrão, mas não são criticadas, agora se esse mesmo desvio for feito por alguém do povo, a situação é inversa, pois essa pessoa será chamada de ignorante e acusada de ser responsável pela corrupção da sua própria língua materna.
O preconceito linguístico é na verdade um preconceito social: não é a maneira de falar que sofre preconceito, mas a identidade social e individual do falante. A língua é um bem simbólico. Assim, tal simbologia determina poder à linguagem de uns e desprestígio a linguagem de outros. Quando a escola fracassa no propagar, no ensino da norma padrão, sem promover reflexões sobre a ideologia implícita sob a norma, a escola perpetua a concentração de renda nas mãos de uma minoria, a injustiça social tão expressiva, principalmente em um país como o nosso que não há escolas de qualidade para todos. Em um país que a maioria da população não compreende o que lê.
As consequências do preconceito linguístico são nefastas ao indivíduo porque negar a língua que ele adquiriu no seio da sua família é mostrar a ele a inexistência do seu próprio "eu", visto que a língua utilizada por ele faz parte da sua identidade social. Dessa forma, a escola quando nega o falar que ele traz de casa está negando, também, a história dele, acarretando um sentimento de inferioridade nos momentos em que a norma padrão seja exigido, visto que ele acreditará de fato que não sabe português, além de acreditar em outros mitos denunciados por Marcos Bagno, no livro "Preconceito linguístico, o que é e como se faz", e apontados neste trabalho.
O preconceito linguístico se manifesta dentro da sala de aula quando o professor desvaloriza a língua do aluno, trabalhando com um ensino conteudista, preso a nomenclaturas e regras rígidas. Fica implícito para o aluno que tudo o que ele aprendeu antes de ingressar na escola, não serve para nada.
Antunes afirma (2007, 100) que:

O prestígio vem por conta de fatores sociais apenas, e não em decorrência de algum fator linguístico. Consequentemente, devemos rejeitar a impressão de que aqueles que falam fora da norma culta são rudes, pouco inteligentes, ignorantes e incultos.

Então o professor deverá promover a reflexão a respeito do funcionamento da língua com seus alunos de forma que eles não se sintam inferiorizados nem desconhecedores do seu próprio idioma. Aliás, é importante ensinar o português padrão ao aluno, o que o professor não pode é ensinar que só há uma única forma de se expressar. O docente deve propiciar debates sobre a existência da variedade linguística dentro da sala de aula, informando ao aluno da necessidade de adaptar o seu discurso a situação real. Sendo assim o mestre deve se atua-

lizar constantemente para se fundamentar em sua prática docente.
A sociedade é dividida em classes e nega o diferente, tudo que foge ao padrão estipulado por uma minoria da população é considerado como erro. E a escola como instituição dessa sociedade também irá tratar o diferente como erro. Dessa forma, tanto o professor quanto a escola devem adotar outras posturas diante do diferente, principalmente no tocante à linguagem do aluno. As aulas devem partir do conhecimento que o discente traz de casa para a norma padrão. Ninguém quer que se abdique de ensinar a norma padrão (é importante frisar), mas que não exclua o aluno por não falar segundo tal norma. Existem ou-

diante da situação interacional. Por isso, Bechara ensina que devemos ser poliglotas dentro de nossa própria língua, ou seja, conhecer os diversos dialetos do português.
Cabe ao professor auxiliar seus alunos a descobrirem quando devem utilizar tais dialetos para que possam interagir de forma mais adequada segundo o contexto real.
Outra forma do preconceito linguístico se manifestar dentro da sala de aula é por meio dos livros didáticos que estimulam os alunos a falarem conforme se escreve. Já foi abordado anteriormente neste trabalho que a escrita e a fala são duas modalidades da língua de uso, que possuem funções específicas e particulares dependendo da situação.
Grandes equívocos giram ao redor dessas modalidades. A norma padrão deve ser utilizada tanto na escrita quanto na fala, será a circunstância que irá informar qual é a forma mais adequada de se expressar. Por exemplo, um conferencista deverá falar segundo a norma padrão da mesma forma que um bilhete deixado por um filho a mãe pode desviar de tal norma.
O aluno deve escrever e falar, quando possível, segundo a ortografia oficial, mas essa fala deve ser expressa de maneira natural. A ortografia não passa de um decreto estipulado por algumas ditas autoridades do assunto. O que hoje é considerado erro, amanhã pode ser considerado como certo. Só para citar um caso, a palavra "ELE", já foi escrito anteriormente como "ELLE" e depois como "ÊLE".

Diante do exposto, a escola, o professor (sobretudo de língua portuguesa) e os livros didáticos cometem preconceito linguístico quando proporcionam um ensino descontextualizado da realidade linguística do aluno, com um ensino baseado em nomenclaturas gramaticais que nada servem para melhorar o desempenho linguístico do aluno; quando abordam a norma padrão como a única digna de respeito, estigmatizando qualquer forma de falar contrária a essa norma; quando supervalorizam a língua escrita em detrimento da língua falada, desconsiderando esta língua porque o aluno já domina relativamente antes de entrar a escola.
Então a escola, o professor e os [illegible]

linguístico, são responsáveis pela intolerância observada tanto no âmbito interno da escola, com piadinhas entre os colegas e sendo tachados de isso ou aquilo pela equipe pedagógica quanto no âmbito externo com os famosos "consultórios gramaticais" que são formados por jornais, rádios e por emissoras de tv, que multiplicam o preconceito linguístico de forma maciça.
Em relação ao professor, ele está inserido em um contexto que funciona como uma espécie de encruzilhada, visto que como funcionário da escola não possui uma autonomia para lidar com a ideologia que já existia muito antes dele ser professor. A cobrança dos pais, da escola e da própria sociedade é enorme. Os professores que procuram atualizar seus conhecimentos sobre as novas descobertas da linguística moderna se sentem desamparados e inseguros para lidar com tais descobertas, visto que na sua graduação foram preparados para lidar com um ensino tradicional baseado na norma padrão ou também conhecida como norma culta.
Em relação às cobranças sofridas pelos professores Bagno (2007, p. 140) aconselha que:

Diante das cobranças de pais, diretores ou donos de escola (os professores) devem mostrar que as ciências todas evoluem, e que a ciência da linguagem também evolui. Que as mentalidades mudam e que as posturas do Ministério da Educação hoje são outras.

Na verdade, todo professor deve ser um pesquisador integral, de forma que sempre esteja fundamentado em sua ação docente. Ser pesquisador integral é muito mais que estar atualizado, e, sim, refletir e criticar constantemente todo o ensinamento ao redor da linguagem.
Os livros didáticos cumprem a sua função de multiplicar a ideologia dominante. Pois quem são os donos das grandes editoras se não aqueles que pertencem a uma minoria da população que detém o monopólio do capital financeiro?
Diante do exposto, o preconceito linguístico é uma realidade existente em nossas salas de aula, refletindo para fora dos muros da escola. Trazendo consequências para o cotidiano do aluno. Os seus agentes são apenas peças de uma engrenagem muito mais ampla do que o ambiente escolar, faz parte de uma visão de mundo hierarquizada há séculos por homens que por estarem no poder não queriam dividi-lo com ninguém. Por mais que os estudos sobre a linguagem estejam avançados, ainda não conseguem ultrapassar a tradição gramatical passada de geração a geração.
E isso explica porque hoje ainda há professores que possuem em sua prática pedagógica posturas autoritárias e rígidas diante de seus alunos e diante do saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade como a nossa, na qual a desigualdade social é evidente, preconceitos de diversos tipos são observados, e em alguns casos estimulados. Um dos preconceitos que ainda precisa ser questionado e debatido com mais eficiência é o preconceito linguístico. Estigmatizar uma pessoa só pelo fato de ela não falar segundo a norma-padrão, além de ser nocivo a ela, é uma inconsistência científica. É compreensível quando pessoas comuns propagam tais discriminações, pois elas não têm a obrigação de terem uma fundamentação teórica sobre o assunto, agora quando pessoas da área de letras que são profissionais da área cometem tais estigmas, isso é uma falta considerada impensável.
Chegou-se à conclusão de que a variedade linguística é uma característica própria de qualquer idioma. No caso da língua portuguesa em solo brasileiro a variedade será bastante marcante devido ao multilinguismo existente, resultado da influência de diversos povos na época da colonização e do seu desenvolvimento. Dessa forma, trabalhar a língua portuguesa destacando apenas uma variedade, a norma-padrão, é um preconceito que vai de encontro à história do aluno, visto que a língua que ele traz de sua casa reflete a sua vivência na sociedade.
Destacou-se o fato de que o ensino do professor reflete a sua posição em relação ao conceito internalizado por ele do que seja linguagem. Se o docente trabalha fundamentado no conceito de linguagem como manifestação do pensamento ou como instrumento de comunicação, seu trabalho estará atrelado a um ensino rígido e inflexível, valorizando uma única variedade linguística (e, também, em uma única modalidade da língua, a escrita) tendo respaldo na gramática tradicional ou conhecida também como gramática prescritiva.
Debateu-se a questão de que o preconceito linguístico é na verdade um preconceito social, visto que não existem explicações linguísticas de uma variedade se sobrepor em relação às outras, mas apenas fatores sociais e políticos, sendo a identidade social e individual da pessoa ser alvo de discriminações. O professor quando valoriza a norma-padrão e desvaloriza a norma trazida pelo aluno de sua casa, quando trabalha de uma forma rígida, com ênfase em nomenclaturas gramaticais, quando valoriza o erro do aluno age de forma preconceituosa com resultados nefastos para o aluno, que fica desmotivado e inseguro não só para aprender mais também para se expressar, o que dificulta a ele a busca por respostas para os seus problemas diários. Assim, os agentes do preconceito linguístico são os professores; a escola com programas fechados, presos ao ensino do currículo mínimo e os livros didáticos com teorias descontextualizadas da realidade do aluno.
Diante do exposto, obtivemos resultados positivos nos quais ficaram claro as causas oriundas do preconceito linguístico dentro da sala de aula e possíveis alternativas para amenizar o preconceito, visto que o preconceito linguístico é algo que precisa ser combatido dentro da própria sala de aula. Além de combater a cultura do erro que discrimina tudo que seja considerado diferente daquilo que a

classe privilegiada da sociedade considera como certo.
A questão não é ensinar ou não a norma-padrão, mas não estigmatizar o falar do aluno que ele aprende no contato entre o seu grupo. Conforma defendido aqui neste trabalho, ensinar a norma-padrão é um ato democrático, mas esse ensino não pode ser resultado de discursos autoritários e preconceituosos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Muito Além da Gramática: Por um Ensino de línguas sem pedras no Caminho – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. Aula de Português: Encontro e Interação. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série aula 1).

AUROUX, Sylvain. A Revolução Tecnológica da Gramatização. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. Fundamentos de Gramática do Português – 5ª edição revista-Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3ª edição- São Paulo: Publifolha, 2010.

BAGNO, Marco. Preconceito Linguístico: o que é, e como se faz? 49ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2007.

_____. A Norma Oculta: Língua e Poder na Sociedade Brasileira. São Paulo: editora Parábola Editorial, 2003.

BECHARA, Evanildo. Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade? 12ª ed., -São Paulo: Ática, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. 10ª ed., 7ª impressão. Editora Scipione, 2001.

COUTINHO, Ismael de Lima. Pontos da Gramática Histórica. 6ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1973.

CUNHA, Celso. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira. 7ª ed. Coleção Temas de Todo o Tempo. Tempo Brasileiro, 1977.

GERALDI, João Wanderley, organizador. O texto na Sala de Aula. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, Escrita e Poder. – 4 ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GUEDES, Paulo Coimbra. A Formação do Professor de Português: que Língua Vamos Ensinar? São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O Português da Gente: a Língua que Estudamos a Língua que Falamos. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Interação pela Linguagem. 11ª ed.- São Paulo: Contexto, 2012.

LEITE, Marli Quadros. Preconceito e Intolerância na Linguagem. – São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Linguagem e Ensino).

LUFT, Celso Pedro. Língua e Liberdade: por uma Nova Concepção da Língua Materna. 8ª ed., - São Paulo: Ática, 2008.

PERINI, Mário A. Para uma Nova Gramática do Português. 10ª ed., 6ª impressão-editora Ática.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. 2ª ed. - Editora Ática, 1986.

SILVIA, Rosa Virgínia Mattos e. Contradições no Ensino de Português: a Língua que se Fala X a Língua que se Ensina, 7ª ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2011. (Repensando a Língua Portuguesa).

SILVA, José Pereira da. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 1ª ed.- Rio de Janeiro: O Autor, 2010.

TRAVAGLIA. Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. – 14ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.